

**THAÍS ANDRESSA MENDES DE SOUZA**

**EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: O ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES  
COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLA PÚBLICA**

GOIÂNIA

2021

THAÍS ANDRESSA MENDES DE SOUZA

**EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: O ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES  
COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLA PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso, em forma de Monografia elaborada para fins de avaliação do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professora Orientadora: Dr<sup>a</sup> Clélia Brandão Alvarenga Craveiro

GOIÂNIA

2021

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a Deus, por me permitir chegar até aqui.

A toda minha família (em especial minha mãe, meu pai e meu irmão), além da minha namorada Marília. Todos sempre me apoiaram, incentivaram desde o começo, acreditaram em mim e no meu potencial.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me permitir chegar até aqui e realizar o sonho da minha graduação. Por me dar forças e coragem para seguir em frente até o final.

A minha mãe Marilda, que me incentivou a voltar aos estudos depois de muito tempo e me ajudou em tudo que precisava.

Ao meu pai Ailton, que mesmo com as dificuldades, fez tudo para que eu continuasse com meus estudos.

Ao meu irmão Pedro, que sempre me ajudou nas questões tecnológicas, principalmente nesses dois últimos anos.

A minha namorada Marília, que junto com a minha mãe, me deu forças para voltar a estudar depois de muitos anos. Sempre me ajudou no que podia, mesmo estando longe.

A toda a minha família, que sempre me apoiou e incentivou. Dando-me forças para continuar.

A minha amiga Roberta, que sempre me ajudou quando podia.

Agradeço a todos os meus professores, que me deram a chance de aprender e evoluir, compartilhando de seus conhecimentos.

Em especial, agradeço a minha orientadora Clélia Brandão, que sempre esteve comigo desde o 3º período e conhece das minhas dificuldades e superações, que me fez chegar até aqui.

“Ser humano é entender que a diversidade leva à unidade, que a unidade leva à solidariedade, que a solidariedade leva à igualdade, que a igualdade leva à liberdade, que a liberdade leva à diversidade.”

(BOURDOUKAN, 2007).

## EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: O ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLA PÚBLICA

Thaís Andressa Mendes de Souza\*  
Clélia Brandão Alvarenga Craveiro\*\*

**RESUMO:** O tema deste trabalho de conclusão de curso (TCC) “educação e diversidade: o atendimento aos estudantes com deficiência em escola pública” tem por objetivo refletir sobre a preparação dos docentes atuantes em escola pública para o desenvolvimento de ação político pedagógica nas salas de aula com alunos de diversas culturas. Objetiva ainda, identificar os fundamentos de uma educação, que atenda a todos em sua especificidade e diversidade mediante estudos dos aspectos legais, históricos e pedagógicos dessa área. A escolha do tema se justifica pela quase ausência deste assunto durante o meu percurso no curso de Pedagogia. Partindo destes pressupostos, essa investigação consiste em uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica baseada em materiais publicados, constituído principalmente por livros, artigos de periódicos, materiais em fonte física e disponibilizados na internet. A fundamentação teórica do texto trilhou as pelas ideias, principalmente, de Mantoan e Sassaki. Outros documentos deram suporte a construção das dimensões legal e pedagógica como a Constituição Federal Brasileira (CF), as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica (DCNGEB), Ministério da Educação (MEC). Está estruturada em dois capítulos. O primeiro centrou-se na educação para a diversidade reconhecendo que é uma prática construída cotidianamente, o que se constata no estudo sobre a trajetória da educação especial no Brasil, seu histórico e legislação que retratam avanços e recuos das políticas públicas. No segundo capítulo o foco se dá sobre a qualificação de professores em relação às especificidades do estudante que apresenta deficiência, com a introdução das tecnologias assistivas vistas com instrumentos, que podem contribuir para a superação de barreiras, que professores e estudantes vão encontrando no percurso da educação básica.

**Palavras-chave:** Deficiência. Diversidade. Educação. Inclusão.

---

\* Graduanda do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, e-mail: thais.andressamendes@gmail.com.

\*\* Professora Titular da PUC Goiás. Doutoranda em Educação na Universidade Lusófona de Tecnologia e Humanidades de Lisboa. Diretora da Escola de Formação de Professores e Humanidades da PUC - Goiás 2014-2015. Diretora de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania - DPEDHUC – SECADI - MEC - 2012-2014. Presidente do CNE - 2008-2010. Reitora da PUC Goiás - 1994-2001.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Matrículas de estudantes público-alvo da educação especial na Educação Básica.....	29
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS

BPC	- Benefício de Prestação Continuada
CENESP	- Centro Nacional de Educação Especial
CF	- Constituição Federal
CNE	- Conselho Nacional de Educação
CONADE	- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
IBC	- Instituto Benjamin Constant
INES	- Instituto Nacional da Educação dos Surdos
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	- Ministério da Educação
NAAH/S	- Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação
PDE	- Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	- Plano Nacional de Educação
PNEE	- Política Nacional de Educação Especial
PROUCA	- Programa Um Computador por Aluno
REICOMP	- Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional
SECADI	- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEESP	- Secretaria de Educação Especial
TA	- Tecnologia Assistiva
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE: uma prática a ser construída na educação básica.....	12
1.1 Educação e Diversidade.....	12
1.2 A trajetória da educação especial no Brasil.....	16
CAPÍTULO 2 - REDESCOBRINDO O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA.....	25
2.1 As tecnologias assistivas na superação de barreiras na educação .....	25
2.2 Educação inclusiva: função da escola, do professor e da família .....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	36
REFERÊNCIAS.....	38

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa centra-se no tema educação e diversidade e o desafio do atendimento aos estudantes com deficiência em escola pública. A opção por esse tema tem origem através de observações que realizei em diversos momentos, tais como: ao presenciar a insatisfação dos familiares e da escola sobre o processo educacional de estudantes com deficiência, a insegurança de professores sobre as metodologias e técnicas a serem utilizadas, a ausência de orientações contínuas da escola aos docentes. Por outro lado, a instituição escolar também reclama da descontinuidade de orientações emitidas pelas secretarias de educação. Acrescenta-se a esse contexto a quase ausência deste assunto durante o meu percurso no curso de Pedagogia. Esse quadro me motivou a buscar leituras sobre educação especial, tentando compreender as dificuldades que a escola enfrenta para garantir ao estudante com deficiência o seu direito de estar constitutivamente na rede regular de ensino.

Nesse sentido, aliei a motivação à realização do trabalho de final curso. Momento importante para provocar as indagações, sobre o que muitas vezes nos apresenta desafiador. Muitas foram as indagações, partindo da relação professor e estudante: qual o papel do professor em sala de aula em sua característica diversa pela convivência entre alunos sem e com deficiência? Qual é o preparo básico para um docente assumir uma turma com diversidade de atores? Qual é o suporte que a escola tem para acompanhar os docentes? O professor tem elementos para fazer um diagnóstico de uma criança? A escola tem condições de propor alternativas para o trabalho pedagógico quando se observa que o estudante tem algum tipo de deficiência? Quais as alternativas para que a criança se sinta parte do grupo e que não está sendo incluída?

De posse de dados da realidade e dos estudos iniciais optou-se pelo seguinte objetivo refletir sobre a necessidade de o docente adquirir os conhecimentos, os fundamentos sobre a educação e diversidade para o atendimento ao estudante com deficiência matriculado em turma regular em escola pública. Para tanto, retoma-se a trajetória, aspectos legais, históricos e pedagógicos relativos à educação especial no Brasil, seguida da importância das tecnologias assistivas, finalizando a abordagem sobre a função da escola, do professor e da família acerca do tema trabalhado. Optou-se pela pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica, baseadas em fontes de

consulta compostas por livros, materiais didático-pedagógicos, além de leis e conteúdos dissertados em *websites*. A leitura crítica como pressuposto das dúvidas, pela problemática inserida no início do trabalho foi um ponto de destaque. A fundamentação teórica está estruturada em quatro eixos: educação e diversidade; histórico e legislação; tecnologias assistivas; função da escola, do professor e da família.

A matrícula do estudante com deficiência é uma garantia constitucional desde 1988, no entanto, a preparação da escola em termos físicos, pedagógicos e pessoal, não andam no mesmo passo. Acredita-se, portanto, que não seja possível continuar relegando as crianças e jovens ao isolamento de educação centrada em uma visão assistencialista.

O capítulo primeiro intitulado a “Educação para a diversidade: uma prática a ser construída na Educação Básica”, busca reconhecer as necessidades, valorizar as potencialidades de cada aluno, com dois subtítulos: educação e diversidade e a trajetória da educação especial no Brasil.

Para uma melhor compreensão, este trabalho está organizado em dois capítulos: No primeiro capítulo intitulado como “Educação para a diversidade: uma prática a ser construída na Educação Básica”. Neste capítulo estão inseridos dois subtítulos: Educação e Diversidade e A trajetória da educação especial no Brasil (histórico e legislação).

No segundo capítulo abordou-se redescobrir o papel da escola, com suas duas subunidades as tecnologias assistivas tentativa de superação de barreiras para aprendizagem e convivência educacional, a função da escola, do professor e da família.

Enfim, com base nesses pressupostos reafirma-se a importância da preparação docente para desenvolverem uma ação político pedagógica em salas de aula abertas à diversidade em escola pública.

## **CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE: uma prática a ser construída na educação básica**

Este estudo tem como objetivo geral refletir sobre a importância do domínio de professores dos fundamentos da educação inclusiva, mediante estudos dos aspectos legais, históricos e pedagógicos dessa área, e os específicos são reconhecer as necessidades de cada aluno e valorizar as potencialidades de cada um. A fundamentação da escola sobre a diversidade tece o atendimento de deficiência para a atuação docente no domínio da educação inclusiva.

Tais fundamentos são compreendidos com estudos dos aspectos legais, históricos e pedagógicos da área. A parte teórica está estruturada em quatro eixos: educação e diversidade, histórico e legislação, tecnologias assistivas e função da escola, do professor e da família. Desse modo, esboça-se a diversidade como prática a ser construída na educação básica. Reconhecem-se as necessidades do aluno e valorizam-se as suas potencialidades. Também se discute sobre os desafios enfrentados pela educação para o acesso e a aprendizagem eficaz do aluno com deficiência.

### **1.1 Educação e Diversidade**

A educação especial é uma modalidade voltada para as pessoas com deficiência. As matrículas ocorrem em instituições de ensino regular ou especializado, como escola para surdos, por exemplo. Essa educação tem por objetivo assegurar a inclusão desses estudantes no ambiente escolar.

No que tange a educação inclusiva, pode-se dizer que é um processo no qual a diversidade é respeitada e vem sendo inserida dentro da escola regular. A inserção aduz a inclusão dos estudantes com deficiência. Os benefícios vão além da sala de aula com a melhoria no convívio social entre crianças e sociedade.

A educação inclusiva é essencial na vida dos estudantes com deficiência, visto que não os separa do convívio social. Seu aprendizado se dá com os demais estudantes, por isso, torna-se cada vez mais comum nas escolas. Mantoan (2005) afirma que a inclusão privilegia o ato de conviver com as diferenças. Ela evidencia a

importância de viver com as diversidades, sendo seres únicos diferentes uns dos outros.

Com isso, o entendimento é de que as diversidades são respeitadas no espaço escolar, principalmente, na rede pública que recebe diferentes públicos. O estudante é respeitado por sua individualidade, suas relações humanas no processo de ensino-aprendizagem. O papel do professor exerce as mediações de aprendizagens do estudante na sociedade em que vive.

O professor colabora para que não ocorram exclusões ou preconceitos dentro da sala de aula e respeita as limitações do estudante em sua aprendizagem. O olhar cuidadoso está atento respeitando a diversidade. Educar, assim, é ensinar e aprender junto com o estudante e sua vivência, respeitando as diferenças sociais, culturais e físicas.

No que diz respeito ao contexto das escolas públicas, o ambiente apresenta desafios a serem enfrentados em sala de aula. O docente tem sua ação como educador preocupar com a aprendizagem dos discentes. O respeito às diferenças individualidades faz, de acordo com Santos (2008), a escola um ambiente de diversidades como religiosa, gênero, campo étnico racial e cultural, especialmente a afro-brasileira e africana, e indígena, bem como de alunos com necessidades especiais.

Na diversidade religiosa, é preciso respeitar as crenças do indivíduo. A escola leva em conta os fenômenos religiosos, cuja discussão cabe ter sua pauta em princípios, valores e diferenças. Isso mostra o quão importante é respeitar as crenças e evitar a intolerância religiosa.

Outra diversidade levada em consideração é a de gênero, visto como assunto tratado nas escolas por mero preconceito. Ensina-se a questão da igualdade entre homem e mulher. A escola é o espaço educativo ideal para abordar o assunto. Estudantes aprendem o conteúdo e respeitam-se, colocando essa prática na sociedade e melhorando o futuro do nosso País com pessoas mais tolerantes.

Há também a diversidade do campo de escolas e suas vivências valorizadas. A diversidade étnico-racial e cultural como afro-brasileira e africana são trabalhadas nas escolas para que não haja diferenças entre negros e brancos e para que todos sejam respeitados e tratados de forma igualitária. A escola que promove a inclusão de todos elimina qualquer tipo de discriminação e injustiça que possa surgir no

ambiente escolar. Nesse âmbito, necessita-se trabalhar a diversidade indígena, respeitando sua cultura e sua linguagem que está cada vez mais escassa.

Também as escolas podem trabalhar a diversidade socioeconômica e cultural, uma vez que estudantes em condições de baixa renda sofrem perante a sociedade. Na escola é essencial a conscientização para que não haja nenhum tipo de exclusão ou discriminação. O desafio da escola é de manter esses estudantes em pleno processo de aprendizagem no ambiente escolar, de forma em que não sejam excluídos, mas na sociedade inseridos.

Na diversidade de estudantes com necessidades especiais, têm-se o direito de eles estudarem em escola regular. A Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais foi o movimento político que buscou o alcance das metas de educação para todos. O documento teve por objetivo o aprofundamento da discussão e da problematização dos aspectos da escola não ser acessível a todos os estudantes (BRASIL, 2016).

A relevância do tema mostra a inclusão nas escolas regulares de ensino, com seu espaço formal pautado em conteúdos e objetivos estabelecidos. Compreende-se que, depois de sua casa e o convívio com sua família, no ambiente escolar, o estudante passa a maior parte do seu tempo sentindo ou não incluído e acolhido, com seus limites de aprendizagem. Dessa maneira, educação e diversidade estão juntas para o desenvolvimento do aluno. O professor media esse processo.

Segundo Mantoan (2005), o professor é mediador do conhecimento e referência para o aluno. Não apenas instrui, mas ajudar a construir o conhecimento como formação de cidadãos participativos e inseridos na sociedade. Diante disso, por meio da integração dos estudantes que convivem com diversidades, as trocas de experiências uns com os outros percebem a mediação do professor.

O ato mediador torna possível formar cidadãos tolerantes, que respeitem e tenham empatia para com o próximo. Conviver com todos os tipos de diversidade, de forma harmoniosa, trata de a escola receber os estudantes e oferecer aos professores auxílios para conduzi-los à prática pedagógica eficaz. Essa inclui os discentes com suas diversidades e os auxilia no seu processo de aprendizagem.

Todavia, apesar do ideal ser o respeito por toda diversidade e inclusão de estudantes com deficiência em escola regular, há muito a ser trabalhado dentro e fora de seu ambiente. De acordo com Helena Aparecida Silva, em 2010, sua monografia registrou que, no município de Lins, seis famílias e professores

acreditam não ser possível a inclusão escolar de estudantes com deficiência por falta de desenvolvimento, além do despreparo das escolas regulares de ensino em recebê-los.

Entretanto, esse pensamento pode ser modificado, sendo preciso que haja mudança nessa ideia de inclusão. Partindo desse pressuposto, é necessário que professores, gestores, pais, estudantes e sociedade façam uma reflexão sobre a importância dessa inclusão. Que essa não fique somente nas escolas, mas vá além, levada para a sociedade no exercício do direito as mesmas oportunidades. Ao adquirir conhecimentos, o indivíduo desenvolve sua capacidade e autonomia, exercendo sua cidadania, inserindo-se no meio social.

As diversidades são as diferenças encontradas no ambiente escolar e o professor pode trabalhá-las dentro da sala de aula. Para lidar com a diversidade, o diálogo está presente nas relações e interações entre professor e aluno. A integração entre eles permeia o respeito mútuo com suas diferenças e individualidades, o que impactando substancialmente na sua aprendizagem ao longo da vida.

Uns aprendem com outros, por meio das trocas de experiências. Toda inclusão parte do professor, bem como de todos da escola. Por isso a importância da educação e diversidade estarem interligados, para que ocorra a inclusão. Os preconceitos são vendidos para uma sociedade mais tolerante.

No que diz respeito à educação, Santos (2008) diz que é necessário que a escola se preocupe com o desenvolvimento de ensino e os problemas atuais, esses precisam estar interligados. É importante eliminar o ensino que não esteja centrado na realidade do estudante. À escola cabe buscar currículos preocupados com a formação crítica dos discentes. Levá-los a pensar, a refletirem e a se tornarem ativos perante a sociedade em que estão inseridos são destaques da realidade e suas vivências.

O estudante se desenvolva de forma global, ao contemplar aspectos cognitivos, afetivos e socioculturais da comunicação. Com a interação do sujeito e o ambiente, de acordo com Mantoan (2003),

Temos de combater a descrença e o pessimismo dos acomodados e mostrar que a inclusão é uma grande oportunidade para que alunos, pais e educadores demonstrem as suas competências, poderes e responsabilidades educacionais. As ferramentas estão aí, para que as mudanças aconteçam, urgentemente, e para que reinventemos a escola,

desconstruindo a máquina obsoleta que a dinamiza, os conceitos sobre os quais ela se fundamenta os pilares teórico-metodológicos em que ela se sustenta. (MANTOAN, 2003, p. 28-29).

Para que todos os estudantes com deficiência sejam incluídos nas escolas regulares de ensino na contemporaneidade, a mudança é participativa de todos os envolvidos. Pais, educadores e estudantes reforçam essa ideia. Freire (2008) também corrobora, assim, afirmando que a inclusão, enquanto forma de flexibilizar a resposta educativa de modo a fornecer uma educação básica de qualidade a todos os alunos, tem sido apontada como solução para o problema da exclusão educacional.

Por isso, a escola da diversidade importa ensinar a respeitar as individualidades de cada um no ambiente escolar. Mas suas ações se expandem para fora da instituição. Dessa forma, a sociedade tolerante respeita o próximo com suas diferenças.

## **1.2 A trajetória da educação especial no Brasil**

Em relação à historicidade da inclusão, segundo Correia (1999), a Idade Antiga, na Grécia, caracteriza-se por período de grande exclusão social. Eliminavam-se ou abandonavam-se as crianças que nasciam com alguma deficiência, separando-as da convivência familiar e social. A Idade Média viveu também essa situação de exclusão e preconceito. O tratamento das pessoas com deficiência era de marginalizadas e rotuladas como inválidas, muitas perseguidas e mortas.

No Brasil, no século XVIII, algumas crianças participavam com outras crianças em algumas instruções ditas como normais. No século XX, a questão educacional se deu pela concepção médico pedagógica, que era centrada nas causas biológicas da deficiência. Com o avanço da psicologia, a teoria denominada por psicopedagogia trouxe a importância da escola e enfatizou os métodos e as técnicas de ensino.

Essa modalidade educacional teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje, denominado por Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES).



Anos depois, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 4.024/1961 fundamentou o atendimento educacional às pessoas com deficiência, indicando-as como excepcionais dentro do sistema geral de ensino. Em 1971, ocorreu a alteração dessa LDBEN, advindo a Lei 5.692/1971 que expõe sobre o tratamento especial para alunos com deficiências físicas e mentais, bem como os atrasados quanto à idade regular de matrícula e os superdotados.

Essa modificação resultou em retrocesso no disposto na LDBEN de 1961, pois, reforçou a segregação de alunos com deficiência em escolas regulares de ensino. Em continuidade a essa política de fragmentação, o MEC criou, em 1973, o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp). Tem como responsabilidade o gerenciamento da educação especial no Brasil. Ele impulsiona as ações educacionais direcionadas às pessoas com deficiência e superdotação, por meio de campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado.

Nota-se que os alunos com deficiência continuam não sendo tratados por uma política pública de acesso universal à educação, enquanto os superdotados, apesar de possuírem acesso ao ensino regular, não recebem atendimento especializado que leve em consideração suas singularidades de aprendizagem.

Em 1988, a Constituição federal prescreveu a proposta de um sistema educacional inclusivo. Esse possibilitou efetivar mudanças conceituais, políticas e pedagógicas coerentes com o propósito de tornar efetivo o direito à educação a todos (BRASIL, 2016). Em seus arts. 205 e 206, afirma-se, respectivamente, que a educação como direito de todos é garantida para o pleno desenvolvimento da pessoa. Visam-se ao exercício da cidadania, à qualificação para o trabalho e à igualdade de condições, quanto ao acesso e à permanência. Já no art. 208, trata da educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirmando o dever do Estado dessa garantia. O atendimento educacional especializado abrange portadores de deficiência na rede regular de ensino.

Nesse âmbito de acesso, em 24 de outubro, foi garantido pela Lei 7.853/1989 a todos os indivíduos com necessidades educacionais especiais ao ensino regular. Todavia, essa lei só começou a ganhar forças na década de 1990, com a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien/1990. O evento teve como objetivo promover as transformações nos sistemas de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todos na escola (BRASIL, 2016).

Ainda nesse período, a Lei 8.069/1990, mais conhecida por Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu art. 55, determina a obrigatoriedade de pais ou responsáveis matriculem seus filhos na rede regular de ensino. Nesse apontamento, posteriormente, com a publicação da Política Nacional de Educação Especial, em 1994, o ensino passou a ser direcionado para a integração instrucional. Aos aprendentes capazes de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, é concedido o direito de permanência na escola regular. Contudo, alunos que não possuem a mesma capacidade permanecem com a responsabilidade exclusiva da educação especial.

Em outras palavras, ao invés de avançar no processo de inclusão escolar, o documento demonstra fragilidade frente aos desafios inerentes à construção do paradigma educacional. Há a oposição de ideias no discurso dessa inclusão e no conservadorismo das ações que não atingem a escola regular. Mantém, assim, a escola especial como espaço educativo para acolher estudantes considerados incapacitados. Como resultado disso, há continuidade de práticas tradicionais causando a segregação das pessoas com deficiência em escola regular.

Mas a defesa encontrada no documento nomeado por Declaração de Salamanca consideram-se as características e os interesses de cada aluno. Nele, reforça-se o direito a uma educação de qualidade para todos, sem exceção. Essa garantia se dá por meio da estrutura organizacional escolar que visa ao fim das discriminações e da exclusão (SALAMANCA, 1994),

Este documento proclama a eficácia de escolas comuns no combate às atitudes discriminatórias, reforçando o princípio do acolhimento de todas as crianças independentemente de suas condições físicas, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Além disso, é necessário que acolham tanto crianças com deficiência quanto as bem-dotadas, que vivem nas ruas ou que trabalham, nômades ou de populações distantes, de minorias linguísticas, étnicas ou culturais, bem como de zonas desfavorecidas ou marginalizados (BRASIL, 1994).

Em sequência, foi realizada pela Unesco (1994) a Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais. Esse movimento político buscou o alcance das metas de educação para todos. Houve o aprofundamento da problematização da escola não acessível, como já mencionado (BRASIL, 2016). Desse modo, as escolas necessitaram de preparo para receber qualquer aluno, buscando alternativas para a integração e a inclusão de estudantes com deficiência em salas de aulas regulares.

Dois anos depois, em 20 de dezembro de 1996, a inclusão ganhou reforços com a aprovação da Lei 9.394/1996. Em seu art. 58, afirma o entendimento “[...] por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996. Redação dada pela Lei 12.796, de 2013). Desse modo, as escolas passaram a atender o ensino para todo educando, eliminando a necessidade de uma instituição específica para estudantes com deficiência ou qualquer tipo de transtorno.

Reforçando essa nova aprovação da Lei 9.394/1996, o art. 59 traz a seguinte afirmação: “Os sistemas de Ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996. Redação dada pela Lei 12.796, de 2013).

Essa lei preconiza que os sistemas de ensino devem garantir aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos, de modo que, possam atender às necessidades e assegurar a terminalidade específica àqueles que não conseguirem atingir o nível necessário para a conclusão do ensino fundamental em consequência de suas deficiências. Também pode acelerar os superdotados para conclusão do programa escolar.

Após três anos, em 1999, o Decreto 3.298 regulamenta a Lei 7.853/1989. Para a educação, o texto afirma que a especial é modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino. Essa legislação destaca o complemento do ensino regular.

Ainda em 1999, foi realizada a Convenção de Guatemala que defendeu que pessoas com deficiência possuem os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais. Definiu como discriminação relacionada à deficiência qualquer diferenciação ou exclusão que impeça ou anule o exercício de tais direitos.

Porém, em 2001, foi promulgado no Brasil o Decreto 3.956. O ato legal possui repercussão de grande importância na educação, visto que requer a reinterpretção da educação especial, com o intuito de eliminar as barreiras do acesso à escolarização.

No ano de 2001, a Resolução 02, do Conselho Nacional de Educação, juntamente com a Lei 9394/1996, denotou a ambiguidade quanto à organização da

educação especial e da escola comum no contexto inclusivo. Além disso, orienta a matrícula de estudantes com deficiência nas escolas comuns de ensino.

No início do século XXI, essa realidade veio suscitar a mobilização que reflete a preocupação mais ampla em torno do questionamento à estrutura segregativa de estudantes com deficiência nos sistemas de ensino. Ainda em 2001, a Lei 10.172 aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), sendo avanço significativo para a década da educação. O seu sentido foi de construir uma escola inclusiva com garantia de atendimento à diversidade humana.

Então, foram estabelecidos objetivos e metas para favorecerem o atendimento às especificidades dos alunos. Em contrapartida, observaram-se os *déficits* de oferta de matrículas para alunos especiais em classes de ensino regular, formação docente, acessibilidade física e atendimento educacional especializado.

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP 01/2002 designou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. Estabeleceu que as instituições de ensino superior devem prever, em seus currículos, a formação docente direcionada à diversidade, além de contemplar conhecimentos sobre as especificidades de alunos com necessidades especiais.

Também em 2002, a Lei 10.436 reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão. Passou a ser determinada como necessária a garantia de formas institucionalizadas de apoio, uso e difusão. Além de que essa inclusão se instituiu como disciplina de Libras no currículo de cursos de formação de professores e fonoaudiologia.

Posteriormente, a partir de 2003, implementaram-se estratégias para a disseminação dos referenciais da educação inclusiva no País. Foi instituído o Programa Educação Inclusiva que visa ao direito à diversidade. Buscou-se desenvolver o amplo processo de formação de gestores e educadores, por meio de parceria entre o MEC, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Desse modo, teve início a construção de uma nova política de educação especial. Mas ainda enfrenta o desafio de constituir-se como modalidade transversal da educação infantil ao ensino superior.

Em questão de acesso, em 2004, foi publicado pelo Ministério Público Federal o documento intitulado por O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular. Seu objetivo foi de disseminar conceitos e diretrizes

mundiais para a inclusão, reforçando o direito, bem como os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência em turmas do ensino regular.

O Decreto 5.296/2004 regulamentou as leis 10.048/00 e 10.098/00. Ele estabeleceu normas e critérios para promover a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Em razão disso, foi criado o Programa Brasil Acessível, do Ministério das Cidades, para viabilizar a acessibilidade urbana, bem como apoiar ações de garantia do acesso universal aos espaços públicos.

No ano seguinte, foi feita a implementação dos núcleos de atividades de altas habilidades/superdotação (NAAH/S) em todos os estados e no Distrito Federal. Nesse contexto, organizaram-se centros de referência na área das altas habilidades/superdotação para o atendimento educacional especializado, de modo a orientar famílias e realizar formação continuada de professores.

Em 2006, criou-se o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que foi documento elaborado pelo MEC, juntamente com o Ministério da Justiça, a Unesco e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Entre suas metas, estão a inclusão de temas relacionados às pessoas com deficiência nos currículos escolares e o desenvolvimento de ações que permitem o acesso e a permanência desse grupo na educação superior.

Esse documento formula a conjuntura favorável à definição de políticas públicas fundamentadas no paradigma da inclusão social. É tratado internacional que alterou o conceito de deficiência que, até então, representava o paradigma integracionista. Nesse sentido, buscou o sistema inclusivo em ambientes de ensino capazes de maximizar o desenvolvimento acadêmico e social.

Entre 1998 e 2006, houve um crescimento de 640% das matrículas de alunos que declararam diversas deficiências em escolas comuns. Foram de 28% nesse ingresso em escolas e classes especiais. Esse crescimento não é casual, mas resultado da mobilização nacional (JUNIOR; CASTRO, 2012, p. 38).

No ano de 2007, foi criado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), reafirmado pela Agenda Social. Ele trabalha com a questão de infraestrutura e acessibilidade nas escolas, tais como: formação de professores para a educação especial, implementação de salas e recursos multifuncionais, acessibilidade arquitetônica predial, acesso e permanência de pessoas com deficiências na educação superior e monitoramento do acesso às escolas àqueles favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Houve ainda o documento do MEC: Plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas, que reafirma a vertente da superação da oposição entre educação regular e especial. Mas a concepção sistêmica da transversalidade da educação especial em diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino não foram estruturadas na perspectiva da inclusão e do atendimento às necessidades educacionais especiais. Seu princípio constitucional pressupõe a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, bem como a continuidade nos níveis mais elevados de ensino.

Nesse mesmo ano, o Decreto 6.094 dispôs sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação do MEC. Destacando o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência, reforçou sua inclusão no sistema público de ensino. Em 2008, foi lançada a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) como documento de grande importância para os estudantes com deficiência. Ele fundamenta a política que enfatiza o caráter de processo da inclusão educacional. O Decreto 186/2008 aprovou o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. A previsão é para possibilitar competências para pessoas com deficiência. O art. 24, do Decreto 6.949/2009, trouxe assim:

Os Estados Partes assegurarão às pessoas com deficiência a possibilidade de adquirir as competências práticas e sociais necessárias de modo a facilitar às pessoas com deficiência sua plena e igual participação no sistema de ensino e na vida em comunidade (BRASIL, 2009).

Os estudantes com deficiência são garantidos a permanecerem e participarem das escolas regulares, além de conviverem no meio social. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é um instrumento de direitos humanos das Nações Unidas. Ele objetiva proteger a dignidade das pessoas com deficiência. Essa Convenção assinada em Nova York, em 2007, e aprovada pelo Congresso Nacional, pelo Decreto Legislativo 186/2008. Sua promulgação se deu em 2009 pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Já em 2011, o Decreto 7.611 estabeleceu novas diretrizes para o dever do Estado com o público-alvo da Educação Especial. Nele, determina-se que o sistema educacional seja inclusivo em todos os níveis, o aprendizado ocorra ao longo da

vida, e o impedimento da exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência.

Também foi aceito, nesse ano, o Decreto 7.480 tratando dos rumos da Educação Especial e Inclusiva definidos pela Secretaria de Educação Especial (Seesp), do MEC. Hoje, a pasta está vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

No ano de 2012, o Decreto 7.750 regulamentou o Programa um computador por aluno (Prouca) e o Regime especial de incentivo a computadores para uso educacional (Reicomp). Essa legislação tem por objetivo a inclusão digital nas redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal e nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, mediante à aquisição e à utilização de soluções de informática.

Nesse mesmo ano, a Lei 12.711 dispôs sobre o ingresso em universidades federais e instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Dois anos depois, em 2014, o PNE traz em sua meta 4 a seguinte verbalização:

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014).

Observa-se, portanto, que a busca por um novo sistema de ensino que não diferencia seus aprendentes. Sua alteração serve para atender a todos, torna-se o ponto central para a atualização e a melhoria dos ambientes de ensino.

Em 6 de julho de 2015, a Lei 13.146 instituiu a inclusão da pessoa com deficiência, no Estatuto da Pessoa com Deficiência. Ela aduz a promoção de condições de igualdade e do exercício dos direitos e liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, principalmente referindo-se a inclusão social. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases atual, as escolas privadas estão obrigadas a adotarem a inserção de pessoas com deficiência no ensino regular, provendo a adaptação necessária.

No ano de 2016, a Lei 13.409 alterou a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Após três

anos, foram criados o Decreto 9.465/2019 e a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, extinguindo-se a Secadi.

Nesse ano, o Decreto 10.177/2019 tratou do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade). Esse decreto trouxe consequências para as pessoas com deficiência. Em 2020, foi aceito o Decreto 10.502 para a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. No ano de 2021, o Decreto 10.841/2021 alterou o Decreto 10.177, de 16 de dezembro de 2019, que dispunha sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Ambas representam um retrocesso no que diz respeito aos direitos conquistados das pessoas com deficiência.



## **CAPÍTULO 2 - REDESCOBRINDO O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA**

Este capítulo busca qualificar a formação de professores em relação aos documentos legais, históricos e pedagógicos, para trabalhar com alunos com necessidades especiais. Também visa aprimorar os conhecimentos e habilidades do professor. A estrutura do discurso redescobre o papel social da escola para trabalhar com estudantes com deficiência. Os conhecimentos e as habilidades do professor estão alinhados. Os assuntos se dividem nos respectivos subitens tratando de tecnologias assistivas, superação de barreiras e educação inclusiva.

### **2.1 As tecnologias assistivas na superação de barreiras na educação**

As segregações sociais, as desigualdades e as vulnerabilidades que os estudantes com deficiência passam abrangem o meio social em que vive o escolar. A importância da inserção das tecnologias assistivas é para superarem as barreiras que surgem no decorrer do desenvolvimento dos estudantes.

As tecnologias assistivas são da área do conhecimento que possibilita a autonomia, comunicação, inclusão escolar e social dos estudantes com deficiência. Os recursos utilizados servem para que pessoas com deficiências possam se locomover, comunicar-se. Eles auxiliam a melhora da capacidade funcional das pessoas com deficiência.

Em relação a esses recursos mencionados sobre as tecnologias assistivas, há cadeira de rodas, bengala para os cegos, aparelhos auditivos para pessoas surdas, próteses, entre outros. Em relação aos estudantes com deficiência nas escolas, é fundamental haver um ambiente que trabalhe com as tecnologias assistivas, uma vez que esse recurso tecnológico agrupa dispositivos, técnicas e processos para o desenvolvimento e a inclusão dos estudantes com deficiência, além de melhorar a sua qualidade de vida.

A tecnologia assistiva infere na maior autonomia e independência e inclusão desses estudantes tanto escolar quanto social. Entre as novas possibilidades está a de comunicação para eles. Sua definição situa assim:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou

mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2007).

As tecnologias assistivas surgiram para superar as barreiras da segregação dos estudantes com deficiência nas instituições de ensino. Aproximar esses estudantes assegura o bom convívio social, a autonomia e a independência. Essas tecnologias estimulam os discentes a se manterem na escola e a se sentirem motivados a permanecerem no ambiente escolar.

Tecnologias assistivas permitem que os estudantes se sintam incluídos no ambiente escolar e, conseqüentemente, obtenham sucesso na escola com aprendizagens. Em sua permanência, respeitam-se os limites e as individualidades dos discentes. Além disto, é importante que haja sempre a interação entre o professor e os estudantes, para que se sintam incluídos e inseridos no meio social.

Para conceituar TA, Bersch (2017, p. 2) traz a seguinte definição de Radabaugh (1993) “no processo de inclusão, há os que não apresentam deficiência usando a tecnologia que lhes parece mais fácil no uso, mas aqueles com deficiência, cuja tecnologia torna-se possível”. Entretanto, segundo Bersch (2017), as tecnologias assistivas são facilmente confundidas com as tecnologias educacionais como, por exemplo, o computador que estudantes cadeirantes utilizam.

Esse recurso é ferramenta tecnológica aplicada no contexto educacional, sendo considerada tecnologia quando utilizada por estudante com deficiência. Seu objetivo rompe barreiras sensoriais, motoras ou cognitivas que limitam ou impedem o estudante ter acesso às informações ou executar o registro e a expressão de conhecimentos adquiridos por ele. Favorecem o acesso e a participação ativa e autônoma em projetos pedagógicos. Possibilitam a manipulação de objetos de estudos, enquanto recurso tecnológico para a participação ativa do aluno, frente ao desafio da aprendizagem que seria restrita ou inexistente.

Na contemporaneidade, o acesso à tecnologia e à *Internet* é fundamental para o desenvolvimento e a comunicação de estudantes com deficiência, visto que traz maior autonomia para eles. Esse acesso permite que se incluam na sociedade totalmente tecnológica. O avanço tecnológico colabora para o seu desenvolvimento pessoal e social.

No entanto, de acordo com Galvão Filho, que fez pesquisa em quatro escolas públicas em Salvador, os avanços ainda são muito difíceis e lentos, devido ao

imobilismo e às contradições do paradigma tradicional de ensino. Há muito que ser melhorado nas escolas. Poderia começar a diminuir o pensamento tradicional retrógrado de gestores e professores para que ocorra a maior inserção das tecnologias assistivas nas instituições. Dessa forma, os estudantes com deficiência se viriam mais independentes e incluídos.

Segundo Galvão Filho, no âmbito educacional, ainda é notória a segregação ou exclusão de estudantes com deficiência nas escolas regulares mesmo havendo avanços tecnológicos. Nas dificuldades encontradas, evidenciam-se o despreparo de professores para receberem esses estudantes e a falta de acesso de recurso para o aprendizado. Há a preocupação de compreender as adversidades enfrentadas pelas escolas e de solucionar problemas com caminhos adequados para a garantia do direito àqueles que têm alguma deficiência.

Apesar de as dificuldades elencadas, Galvão Filho aponta para a amplitude das novas possibilidades para a Educação Especial pelos avanços acelerados das tecnologias. Os novos recursos em que a tecnologia assistiva foi sendo construída são simples e de baixo custo. Podem ser utilizados nas escolas como suportes os recursos para visualização de textos e livros, fixação do papel ou caderno na mesa com fitas adesivas, engrossadores de lápis confeccionados de forma artesanal, substituição da mesa por pranchas de madeira ou acrílico fixado em cadeira de rodas, entre outras possibilidades.

Salientando a importância da utilização de tecnologia assistiva, Conte, Ourique e Basegio (2017) favorecem as práticas pedagógicas, vistas como alternativas que surgem para contribuir e ampliar a comunicação no processo de ensino-aprendizagem. Tais recursos requerem o maior envolvimento de todos atendo-se para o desenvolvimento das necessidades específicas e a ampliação da linguagem.

Assim, os recursos dessas tecnologias são essenciais para o direito desses estudantes com deficiência seja exercido. O seu desenvolvimento como sujeito se estabelece com sua autonomia e sua inserção no meio social e educacional. As segregações por parte da escola, de professores e alunos não permite haver a plena inclusão com permanência dos estudantes com deficiência no ensino regular.

## **2.2 Educação inclusiva: função da escola, do professor e da família**

A educação especial é modalidade que disponibiliza recursos e serviços para todos os estudantes com deficiência em ensino regular. O atendimento vem educacional com esse suporte pode eliminar as barreiras de estudantes com deficiência. Busca-se proporcionar maior autonomia e inclusão para os discentes.

A expressão necessidades educacionais especiais relaciona-se a estudantes que possuem dificuldades ou elevada capacidade de aprendizagem, o que não o torna, necessariamente, uma pessoa com deficiência. Essa expressão se difundiu significativamente no meio acadêmico, no sistema escolar e social, sendo parte dos discursos oficiais e, até mesmo, do senso comum.

A partir do compromisso com esses educandos, ocorre a inclusão efetiva. O propósito da escola inclusiva recebe todos os alunos, tendo o corpo docente capacitado para atender aos estudantes com deficiência e incluí-los no meio educacional, socializando junto aos demais colegas e favorecendo o ensino adequado e de qualidade.

Ao pensar no tempo histórico, a escola era vista como um dos únicos locais para a educação e o professor tinha um papel extremamente fundamental, visto como sujeito responsável pelo ato de ensinar, já a família se responsabilizava pela educação, com normas e valores estabelecidos pela igreja. O avanço nos estudos em relação à educação especial surgiu no século XX, início de 1990. A Conferência Mundial de Educação Especial e da Declaração de Salamanca em 1994 passou a considerar a inclusão de estudantes com deficiência em escolas regulares.

No contexto atual, pode-se dizer que é marcado por grandes evoluções na sociedade, dentre elas, as mudanças tecnológicas e científicas. As escolas inferem a importância do professor no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que ele desenvolve em seus estudantes o pensamento crítico e a cidadania. Esses ideais fazem do professor o agente que forma e transforma seus discentes.

É preciso que a escola perceba a importância do professor para o desenvolvimento do estudante. O docente precisa estar ciente do seu papel frente à realidade social, econômica, tecnológica como ocorrem nos tempos atuais. Suas aulas atualizadas favorecem o aluno no tempo em que está vivendo para que não as torne desinteressantes e maçantes. Atrair a atenção dos discentes leva-os a refletir e desenvolver o pensamento crítico.

No que tange a inserção de estudantes com deficiência na educação básica, mostra-se o aumento deles nos últimos anos. Segundo o Ministério da Educação (2015), houve o acréscimo de 425% matriculados, percebendo uma evolução de 2003 a 2015, conforme demonstra o Gráfico 1.

**Gráfico 1** - Matrículas de estudantes público-alvo da educação especial na educação básica



Fonte: Ministério da Educação (2015).

Ainda segundo o Ministério da Educação (2015), registravam-se, em 2003, 53,2% desses estudantes em escola pública e 46,8% em redes privadas. Com o desenvolvimento das políticas de educação inclusiva, houve o aumento de 172% de matrículas em escola pública que alcançaram 81% dos estudantes em 2015.

Em relação à distribuição de matrículas em 2015, 7% estavam na educação infantil, 73% no ensino fundamental, 7% no nível médio, 13% na educação de jovens e adultos e 0,7% na educação profissional e tecnológica. No que diz respeito ao ensino superior, entre 2003 e 2015, o crescimento foi de 559%.

Nota-se o avanço da presença dos estudantes com deficiência em escolas regulares de ensino. Esse ingresso desses discentes repercute em suas posições de incluídos. Eles têm a possibilidade de seu papel como sujeitos críticos no ambiente escolar e na sociedade de modo geral.

Quanto aos aspectos humanos referentes ao texto “A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva”, são apresentados alguns documentos que estabelecem a importância da formação de professores para trabalhar com estudantes com deficiência. Alguns deles, já citados no capítulo anterior, são a Resolução CNE/CP 01/ 2002, a implementação do Programa Educação Inclusiva pelo MEC em 2003, entre outros.

Notoriamente, “a escola inclusiva encontra o desafio no desenvolvimento da pedagogia centrada na criança. Os alunos devem ser educados sem distinção, discriminação e respeitando suas diferenças” (BRASIL, 1994). “A ação pedagógica estabelece medidas didáticas com os princípios da aprendizagem coletiva que proporcionam relações significativas da criança com seus pares e consigo mesma” (JUNIOR; CASTRO, 2012, p. 52).

Na educação, é necessário que ocorra a aprendizagem coletiva. Para isso, o ensino de qualidade, o ambiente adequado, a formação de professores, material didático são requeridos, além da participação constante da família. A relação entre escola, professores, família e alunos cooperam significativamente no processo de escolarização. Todos podem trazer melhorias para o desenvolvimento desses estudantes, contribuindo para o processo de inclusão institucional e social do aluno.

Referente ao currículo, o documento é norteador para a instituição. Na educação especial como em outras modalidades, ele é imprescindível, visto seu direcionamento escolar para o educando do início ao fim de sua trajetória escolar. Em virtude disso, requer que ele seja dinâmico para que a inclusão seja eficaz. O currículo permite o ajuste das ações pedagógicas às necessidades dos alunos, sendo ainda o recurso para promover o desenvolvimento e a aprendizagem.

Outro aspecto indispensável na educação inclusiva é a interação entre as famílias dos estudantes com necessidades especiais e a escola. A relação aluno, família e escola repercutem no aprendizado do estudante. A escola junto à família desenvolve o ambiente adaptado para receber todos os discentes, respeitando suas diferenças.

Daí a importância da escola aberta à diversidade, ensinando a respeitar as diferenças no ambiente escolar e, conseqüentemente, expandindo esse ideal para fora da instituição. Essa abordagem de ensino vem se mostrando benéfica no que tange a inclusão de alunos com deficiência na rede regular, uma vez que colabora

para o desenvolvimento e a aprendizagem. O ensino de qualidade vai além de melhorar o convívio com outras crianças e a sociedade.

Em contrapartida, ainda existe o desafio para o desenvolvimento da educação inclusiva no Brasil referente ao problema de permanência dos estudantes nas instituições. Outras problemáticas notáveis estão relacionadas à formação de professores e sua qualificação para o ensino inclusivo, à ausência de escolas preparadas com infraestrutura para atender às diferentes necessidades, conforme demonstrado por Mantoan (2006).

Esses suportes têm a ver segundo Mantoan (2006) “[...] com a democratização do ensino, o sistema educacional tem vivido muitas dificuldades em garantir uma escola de qualidade para todos” (JUNIOR; CASTRO, 2012, p. 33). Em outras palavras, com todos os obstáculos que a escola enfrenta com o despreparo dos professores e o ambiente desapropriado para receber os estudantes com deficiência, o sistema educacional é visto como inadequado para recebê-los. A visão é de falta de qualidade no ensino, sem a garantia de acesso para todos de forma igualitária.

Mantoan (2006) destaca algumas complexidades da política educacional que vem enfrentando grande quantidade de alunos a ser atendida, formação inadequada dos professores, espaço físico não apropriado, falta de material adaptado, dentre outros. Esses problemas causam mais obstáculos na garantia de uma escola de qualidade para todos.

A educação inclusiva é especial dentro de um ensino regular, tendo por objetivo incluir pessoas com deficiência no convívio social. Ela favorece, assim, a diversidade e diminui o preconceito, as discriminações e a exclusão desses estudantes. Para Sasaki (1997), a igualdade entre as pessoas é o valor fundamental quando se trata de escolas para todos. Pode ser encarada sob vários ângulos, mas em todo o sentido a igualdade não se esgota no indivíduo, pois expande-se nas considerações dos aspectos de natureza política, social, econômica.

A escola como primeiro espaço educativo é fundamental para a manifestação da diversidade. Dela, decorre a necessidade de repensar e defender a escolarização como princípio inclusivo, reconhecendo a possibilidade e o direito de todos, sem exceção. Pode-se dizer que a escola inclusiva com equidade é um desafio que revê alguns aspectos que envolvem desde o setor administrativo até o pedagógico.

A função da escola tem relevância, dado o seu local em que o estudante aprende e socializa junto com outros educandos. É um espaço sociocultural onde as diferenças coexistem. Seus profissionais reconhecem sua existência, considerando a sua complexidade com todos os elementos do processo pedagógico. É papel de a escola desenvolver um trabalho homogêneo, facilitando a ação do professor para a aprendizagem.

Aos estudantes com necessidades educacionais especiais, a escola os atende como sujeitos de direitos, não visando somente as deficiências apresentadas por eles. Frente às adversidades das deficiências dos alunos no ambiente escolar, é preciso respeitar o indivíduo, mantendo a ação pedagógica. Nesse sentido, a garantia da educação de qualidade a todos traz a valorização das diferenças e o fortalecimento da identidade individual e coletiva.

Está presente o resgate de valores culturais e respeito ao ato de aprender e construir o aprendizado que se torna uma tarefa da escola. Mantoan (2016) relata que a escola inclusiva exige mudanças de paradigmas. Seu conjunto de regras, normas, crenças, valores e princípios são partilhados em grupo e quando os problemas surgem buscam ser solucionados.

A escola inclusiva tem o desafio que implica a revisão de alguns aspectos que envolvem setores educacionais. As escolas regulares de ensino podem ofertar vagas e matricular todos os alunos de modo organizado, de forma que haja equidade na educação. Há o ato de assegurar as condições necessárias para a permanência e a aprendizagem dos estudantes com deficiência.

A política de inclusão desses discentes na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência na escola, mas, sim, na ação de rever concepções e paradigmas, além de desenvolver o potencial dos estudantes. Sua pauta segue respeitando as diferenças e as limitações do aluno, pois atende suas necessidades. É dever da escola promover relações entre esses educandos e todo ambiente escolar. Na disposição do espaço adequado e acessível, ocorre a inclusão.

Uma das prioridades da acessibilidade na escola é a formação de pessoas capazes de exercer a cidadania, sabendo respeitar as diferenças. É preciso que a escola, enquanto ambiente de inclusão, desenvolva sua política de forma igualitária. Ela garante que os estudantes com deficiência tenham condições de participar ativamente de vida escolar, não se sentindo excluídos dos demais.



Para isso, é essencial conhecer os potenciais e as limitações dos alunos, dando ênfase aos seus maiores obstáculos que precisam ser rompidos. Desse modo, possibilita-se o aprendizado eficaz. É importante que a escola consiga acolher crianças com qualquer tipo de deficiência, assistindo e minimizando os impactos causados por diferentes condições apresentadas no meio escolar.

Nota-se que a escola vem tentando cumprir seu papel com estratégias que permitam a integração dos estudantes, mas ainda existem muitos objetivos a serem aprimorados. Diversas mudanças são necessárias para que não exista exceção nas garantias da qualidade do ensino e para que ocorra a emancipação de todos os estudantes com deficiência.

Quanto à função dos professores na inclusão, sua participação é indispensável já que eles mediam o processo de ensino-aprendizagem. São responsáveis por incluir os discentes inicialmente excluídos pelos demais. O professor é o sujeito primordial no processo de inclusão, socialização e integração dos estudantes para que não haja discriminação da minoria perante os colegas nas escolas regulares de ensino.

Mesmo com todas as incertezas e inseguranças que surgem, o docente se prepara para minimizar, quando possível, a dificuldade em lidar com as diferenças e em atender as especificidades dos discentes. O professor tem a compreensão básica sobre o sentido e o significado do ensino inclusivo. A ausência de preparo do corpo docente para as particularidades inscritas na inclusão resulta em despreparo da educação.

O desenvolvimento da socialização dos estudantes com deficiência é reforçado na ideia atestada por Mantoan (2006) que afirma a necessidade de recuperar, urgentemente, a confiança dos professores em saber lidar e desenvolver o processo de ensino-aprendizagem com todos os alunos, sem exceções. Desse modo, a inclusão de estudantes com deficiência no sistema regular de ensino ocorre de maneira eficaz, possibilitando o resgate de sua cidadania e ampliando suas perspectivas existenciais.

É preciso que o professor tenha consciência do seu papel perante a realidade social, econômica, tecnológica do aluno na atualidade. Vive-se no mundo plenamente globalizado, sendo preciso renovar as maneiras de ensinar os estudantes. Ocorre a aprendizagem mais atraente que desperta o interesse nos

alunos, a partir do docente que trabalha com toda diversidade existente em sua sala de aula em que todos se sintam incluídos e exerçam suas autonomias.

O professor ajuda, assim, no desenvolvimento do senso crítico dos estudantes, além de suas reflexões serem pensadas e repassadas como ser social ativo perante a sociedade em que está inserido. Esse profissional, pode-se dizer, concretiza a educação que é o alicerce para o desenvolvimento de qualquer cidadão. Inclui-se o educando com deficiência de uma forma eficiente para respeitar o outro, ao ver garantida a possibilidade de seu crescimento.

Por isso, os desafios do professor diante da problemática da inclusão requerem ser vencidos. Os professores, em sua maioria, não são preparados para lidar com a diversidade. Baseando-se nisso, a discussão foca no preparo docente, bem como na adequação da escola. A flexibilização do currículo serve para ocorrer a inclusão de todos, e não a exclusão de nenhum discente.

Na escola, os professores, ao realizarem a prática pedagógica, suas ações podem favorecer a aprendizagem de todos os educandos envolvidos no processo. A acessibilidade também depende da colaboração dos pais, afinal, são as pessoas de maior confiança dos estudantes com deficiência e os que mais conhecem suas dificuldades e seus hábitos. O diálogo entre pais e professores visa garantir o melhor aprendizado.

Esse contato permite que os professores saibam o que mais gera resultados para o estudante. As atividades causam, no futuro, benefícios para o discente no ambiente escolar e na convivência social. A acessibilidade também tem a ver com a inclusão, cujas mudanças de atitudes tratam da adoção de práticas que respeitem essa minoria. Daí a importância da união entre pais, professores e escola para que o estudante seja inserido socialmente sem preconceito.

Os educadores e a família integram a comunidade escolar de formação primordial no desenvolvimento desses estudantes. O sujeito se apoia para enfrentar os problemas surgidos no ambiente escolar. É papel dos pais estimular o comportamento estudantil nos filhos. Esses demonstram interesse no que aprendem.

O ato e o modo de ensinar a educação básica preparam o aluno para a vida. A família pode estimular a cultura de respeito às diferenças, observar e mediar os conflitos gerados entre os educandos. Pais contribuem para a inclusão, tendo em casa o ambiente de respeito e solidariedade levado para a escola.

A união da escola com professores e familiares faz com que ocorra o melhor desenvolvimento na aprendizagem dos sujeitos. A família bem orientada e motivada colabora e participa do programa educacional. Mostra-se, assim, a interação do estudante com deficiência junto aos demais. A educação inclusiva significa, portanto, educar todos os discentes em um mesmo contexto escolar, sem negar as diferenças.

Assim, a escola proporciona a participação ativa dos pais, professores, estudantes mediante a ação democrática do gestor. Desse modo, é possível que haja uma educação inclusiva, concretizando o aprendizado com o desenvolvimento do estudante.

Em suma, o trabalho com a educação inclusiva na escola regular percebe o que está direcionado na política educacional, a partir de seu contexto real. As condições em que a escola recebe os estudantes com necessidades especiais garantem ou não a aprendizagem adequada. A inclusão, portanto, implica as práticas pedagógicas inovadoras, visando ao sucesso de aprendizagem para todos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou compreender e pensar na educação de estudantes com deficiência em escolas regulares de ensino. Foi possível perceber que é uma luta que se iniciou há bastante tempo, ainda sendo de extrema importância a busca pelos seus direitos de todos os indivíduos. A educação especial passou por diversos avanços e retrocessos, porém, atualmente, os direitos desses estudantes não estão sendo vistos como plenamente garantidos, o que acaba ocorrendo um retrocesso, após toda a luta já iniciada pelos seus direitos de estudarem em instituições de ensino regular.

Refletindo sobre o mundo contemporâneo tecnológico, nota-se que os sujeitos que possuem suas diversidades e individualidades com deficiências os conceitos, as vivências e as concepções são diferentes, quando se trata de respeitar as necessidades de todos. Para isso, as instituições de ensino têm o seu papel importante no desenvolvimento dos alunos.

Dito isto, o tema deficiência em escolas regulares de ensino foi discutido pensando que as instituições de ensino regulares precisam evitar qualquer tipo de exclusão de estudantes com deficiência no ambiente escolar. O suporte ideal incorre em professores preparados em atender os educandos, dado que são eles os principais mediadores para o processo de ensino-aprendizagem dos discentes.

A forma de trabalhar com as diversidades nas instituições induz o fato de relacionar o papel entre pais, professores e escola para o desenvolvimento dos estudantes com deficiência. Espera-se que ocorra o aprendizado eficaz que é direito de todos os discentes, conforme tratado no decorrer do trabalho com as legislações. Ressaltou também o uso das tecnologias assistivas para que o estudante se sinta como sujeito ativo dentro das instituições de ensino. Para isso, a escola se prepara para atendê-los, conforme suas necessidades.

Por fim, a discussão sobre a melhora da educação inclusiva focou no docente preparado para trabalhar com estudantes que precisam estar inseridos no ambiente escolar, extinguindo as exclusões que possam surgir. A escola dá o suporte para os docentes e os estudantes com deficiência, fornecendo materiais e espaço adequados. Os sujeitos se sentem participativos com as suas especificidades. Respeitar as diferenças e suas vivências aduz não observar apenas as limitações do

aluno. A educação, assim, ajuda a torná-los sujeitos ativos, com pensamentos críticos, sendo cidadãos inseridos na sociedade.

## REFERÊNCIAS

AMPID. **Nota pública de representantes do Conade**. 2021.

BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre, RS: Assistiva, 2017. Disponível em: [https://www.assistiva.com.br/Introducao\\_Tecnologia\\_Assistiva.pdf](https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf). Acesso em: 02 nov. 2021.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Ata da VII Reunião do comitê de ajudas técnicas**. Tecnologia Assistiva. Comitê de Ajudas Técnicas, Corde/SEDH/PR, 13 a 14 dez. 2007.

\_\_\_\_\_. **Decreto Legislativo nº 186**, de 9 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm). Acesso em: 02 nov. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/23454609/artigo-24-do-decreto-n-6949-de-25-de-agosto-de-2009>. Acesso em: 02 nov. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.750**, de 08 de junho de 2012. Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional - REICOMP. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7750.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7750.htm). Acesso em: 02 nov. de 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei n. 13.005**, de 25 de julho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: MEC, 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 16 jun. de 2021.

\_\_\_\_\_. **A consolidação da inclusão escolar no Brasil: 2003 a 2016**. Brasília, DF: MEC/SECADI/DPEE, 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 10.841**, de 20 de outubro de 2021. Altera o Decreto nº 10.177, de 16 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/Decreto/D10841.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Decreto/D10841.htm#art1). Acesso em: 02 nov. de 2021.

CONTE, Elaine; OURIQUE, Maiane Liana Hatschbach; BASEGIO, Antônio Carlos. Tecnologia assistiva, direitos humanos e educação inclusiva: uma nova sensibilidade. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, 2017.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.**

EDUCAÇÃO Inclusiva: Conheça o histórico da legislação sobre inclusão. **Todos pela Educação**, 2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 16 de jun. de 2021.

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação**, v. XVI, n. 1, p. 5-20, 2008.

FRIAS, Elizabel Maria Alberton. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais**: contribuições ao professor do ensino regular. Paranaíba, 2008/2009

GALVÃO FILHO, Teófilo. Favorecendo práticas pedagógicas inclusivas por meio da Tecnologia Assistiva. In: NUNES, L. R. O. P.; PELOSI, M. B.; WALTER, C. C. F. (Orgs.). **Compartilhando experiências**: ampliando a comunicação alternativa. Marília: ABPEE, 2011. p. 71-82.

GIL, Marta. **A legislação federal brasileira e a educação de alunos com deficiência**. Diversa educação inclusiva na prática. Set. 2017.

JUNIOR, Manoel Osmar Seabra; CASTRO, Rosane Michelli de (Orgs.). **Avaliação, formação docente e perspectivas da educação inclusiva**. Marília: Ed. da Unesp, 2012.

**O que é Tecnologia Assistiva**. Its Brasil. Disponível em: <http://itsbrasil.org.br/conheca/tecnologia-assistiva-2/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

PUC Goiás. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. **Diretrizes para a construção do trabalho monográfico no curso de pedagogia da PUC Goiás**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2014.

SANTOS, Ivone Aparecida dos. **Educação para a diversidade**: uma prática a ser construída na Educação Básica. Produção Didático-Pedagógica. Caderno Temático - apresentado ao Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná. PDE. Cornélio Procópio, PR, 2008.

SASSAKI R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Helena Aparecida. **Inclusão escolar**: um desafio entre o ideal e o real. Monografia (Pós-graduação "Lato Sensu" em Educação Especial Inclusiva). - Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UNISALESIANO, Lins, SP, 2010.